

BOLETIM DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

ISD

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



ELABORAÇÃO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE
LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTRA DE ESTADO
ESTHER DWECK

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
CRISTINA KIORI MORI

SECRETÁRIO DE GESTÃO
ROBERTO SEARA MACHADO POJO

SECRETÁRIA DE GESTÃO ADJUNTA
KATHYANA DANTAS MACHADO BUOFINA

DEPARTAMENTO DE MODELOS ORGANIZACIONAIS

DIRETOR
MARCOS SANTOS KROLL

COORDENADOR-GERAL DE MODELOS DE GESTÃO
EDUARDO MONTEIRO PASTORE

GERENTE DE PROJETO
LAERTE CLETO

EQUIPE TÉCNICA:
BYANNE RIGONATO; EDUARDO MONTEIRO PASTORE; IGOR COSTA ARSKI; JULIANA TOLEDO; LAERTE CLETO; MARCOS SANTOS KROLL; RAQUEL MARTINS REGO; SHEILA MARIA REIS RIBEIRO; SYLVIA HELENA FIGUEIREDO PRATA

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| 2. INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT | 6 |
| 3. GESTÃO FINANCEIRA | 9 |
| 4. DESEMPENHO DO ISD | 18 |
| 5. GOVERNANÇA, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DO CONTRA- TO DE GESTÃO | 25 |
| 6. TRANSPARÊNCIA | 30 |

APRESENTAÇÃO

Organização social é um título concedido pela Administração Pública Federal a uma entidade privada sem fins lucrativos, selecionada e qualificada nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, do Decreto nº 9.190, de 2017, e da Portaria nº 297, de 2019. O referido modelo de parceria social faz parte da estratégia de publicização de atividades sociais não exclusivas de Estado, cuja origem remonta ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995. Por publicização entende-se a transferência da execução de serviços e/ou atividades nas áreas de educação, cultura, pesquisa científica, saúde, meio ambiente para o setor público não estatal, denominado terceiro setor. O Estado descentraliza a execução para a sociedade civil, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e de provedor ou promotor dos serviços sociais essenciais para o desenvolvimento. Como promotor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade (Caderno MARE 2: 1998). O fomento estatal a entidades da sociedade civil, para o desenvolvimento de atividades e/ou serviços não exclusivos de Estado, tem como pressuposto a diferença essencial entre mercado (lucrativo) e setor público não estatal, que não visa ao lucro (Kother, 2008, apud Calegare e Pereira, 2011:2).

Com o fim de promover o conhecimento e dar transparência sobre o referido modelo de parceria, a Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da

Gestão e da Inovação em Serviços Públicos lança a primeira edição do Boletim OS, que reúne informações sobre propósito das parcerias, gestão e governança das entidades qualificadas e principais resultados alcançados. O estudo analítico-descritivo foi realizado pela equipe técnica do DEMOR/SEGES-MGI, que utilizou como fontes de dados primários: os contratos de gestão e seus aditivos; relatórios de gestão semestrais e anuais das entidades qualificadas e respectivos relatórios de auditoria independente; os demonstrativos de fluxos de caixa bem como os demonstrativos de resultados publicados, anualmente, no Diário Oficial da União (DOU) e disponíveis no sítio oficial da organização social e do respectivo Órgão Supervisor; relatórios semestrais e anuais das respectivas comissões de avaliação do contrato de gestão, dentre outras referências. Para esse fim, foram selecionadas variáveis que melhor caracterizam a operacionalização do contrato de gestão e o desempenho das organizações sociais. O recorte adotado privilegia o aprendizado institucional e os resultados da parceria para o cidadão, procurando aprofundar a análise para além do aspecto orçamentário e financeiro.

O Boletim OS é uma síntese de dados e informações sobre: (I) caracterização da parceria e do objeto do contrato de gestão, plano de ação e beneficiários; (II) gestão financeira, estrutura das receitas e das despesas e dinâmica de desembolso de recursos, no âmbito

do contrato de gestão; (III) resultados da parceria *vis a vis* indicadores e metas pactuadas; (IV) governança, supervisão, avaliação e controle do contrato de gestão, e (V) transparência e acesso às informações, no âmbito das parcerias. A primeira edição se dedica à análise do período compreendido entre 2011 e 2019.

2. INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (ISD) é uma associação civil constituída com o propósito de inovar com responsabilidade social, na região Nordeste do Brasil. Ainda com a denominação de Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa (AASDAP), em 2006, o ISD colocou em funcionamento sua primeira unidade: o Instituto Internacional de Neurociências de Natal, que, no ano seguinte, passou a se denominar Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS), em razão de uma doação da senhora Lily Safra ao projeto. Seguindo sua evolução, em 2013, o IIN-ELS passou a oferecer, no município de Macaíba, o primeiro programa de pós-graduação em neuroengenharia do Brasil, na área de Engenharia Biomédica, autorizado pela coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Essa área do conhecimento integra técnicas de engenharia e neurociências para o estudo e compreensão do funcionamento do sistema nervoso, bem como para a elaboração de interfaces entre o cérebro humano e dispositivos artificiais.

Em 2014, o Instituto Santos Dumont foi qualificado como organização social pelo decreto presidencial de 27 de fevereiro de 2014, tendo assinado contrato de gestão com o Ministério da Educação, mediante a intermediação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o objetivo de esta-

belecer e colocar em funcionamento o Campus do Cérebro voltado às atividades de ensino, pesquisa e extensão em Macaíba(RN).

Inicialmente, as finalidades do contrato de gestão eram: (I) estabelecer um polo científico-tecnológico em neurociências e neuroengenharia, na cidade de Macaíba-RN, com impacto em todo o Nordeste do Brasil, com a implantação de atividades do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra-INN-ELS, no Campus do Cérebro; (II) instituir uma rede de colaboração de pesquisa de ponta, em neurociências e neuroengenharia, com outras instituições no Brasil e no exterior; (III) promover encontros nacionais e internacionais nas áreas de neurociências e de neuroengenharia no Campus do Cérebro; (IV) gerar novos conhecimentos e aplicações clínicas nas áreas de neurociências e de neuroengenharia ; (V) criar vagas de pós-graduação em neuroengenharia no Campus do Cérebro, tanto para curso de mestrado, quanto para cursos de doutorado e pós-doutorado; (VI) promover, por intermédio de centros de educação científica, ações que facilitem o acesso de alunos da rede pública ao conhecimento e às práticas científicas, às informações que estimulem a produção do conhecimento, à inovação científica e tecnológica, à criação de novos experimentos, à expressão de ideias próprias e de sua fundamentação científica, além de promover a formação

continuada de professores, na troca de experiências e reflexões sobre a prática pedagógica e sua fundamentação teórica; e (VII) implantar uma escola de ensino básico de horário integral e gestão democrática, com um currículo que vise desenvolver nos educandos a necessidade de aprendizagem contínua e de responsabilidade pela coautoria do processo de construção coletiva do projeto de educação, estimulando a consciência crítica da realidade vivida e o protagonismo educacional.

O ISD se apresenta como um centro avançado de pesquisa em neurociências no Brasil, com corpo de pesquisadores permanentes e associados. O Instituto foi originalmente constituído pelas seguintes unidades e projetos: (1) centros de educação científica – com unidade em Serrinha, na Bahia, e a Escola Alfredo J. Monteverde, com unidades em Natal e em Macaíba, no Rio Grande do Norte; (2). centro de educação e pesquisa em saúde Anita Garibaldi, localizado no Município de Macaíba, no Rio Grande do Norte; (3). Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS), atualmente com instalações em uma unidade localizada no Município de Macaíba, Rio Grande do Norte; e (4) escola de educação básica Lygia Maria Rocha Laporta (ELM), com uma área de 17 mil m², e as futuras instalações do IIN-ELS, com 15 mil m², ambos em construção e localizados no município de Macaíba, Rio Grande do Norte, denominado “*Campus do Cérebro*”.

Em 2016, o ISD foi habilitado a funcionar como Centro Especializado em Reabilitação Auditiva, Física e Inte-

lectual (CER III), pela Portaria nº 1.430, do Ministério da Saúde. Em 2021, a Portaria nº 1.842/2021 autorizou o Centro Especializado em Reabilitação Anita Garibaldi (CER Anita) a atender pacientes com deficiência visual, para além dos serviços de reabilitação já em andamento. São atendidos pacientes oriundos da 7ª Região de Saúde, que inclui os municípios de Macaíba, Natal, Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. Essa região compõe cerca de 39% da população potiguar.

Em 2017, as atividades dos centros de educação científica foram encerradas, em razão das adequações orçamentárias que se fizeram necessárias, no decorrer do ciclo do contrato de gestão, em particular decorrentes de ajustes no orçamento público federal.

Em 2018, foi concluída a transferência da sede administrativa e do IIN-ELS para Macaíba-RN, dentro do previsto no contrato de gestão e, diante da inexistência de previsão orçamentária para a implantação e operação da escola de educação básica Lygia Maria Rocha Laporta, foi realizada a formalização da entrega do edifício originalmente projetado para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O ISD mantém um termo de convênio firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em vários dos seus projetos (Termo de Convênio UFRN-ISD nº 5798.11.0117) e é parceiro de outras entidades brasileiras, além de colaborar com instituições dos Estados Unidos, Escócia, Japão, França, México, Portugal, Suécia e Suíça.

2.1 PLANO DE AÇÃO

O Plano Diretor do ISD foi concebido e elaborado com a participação de grupos de trabalho constituídos por funcionários do Instituto, orientado por uma visão sistêmica, interdisciplinar, multiprofissional, empreendedora e de boas práticas de gestão, tendo como foco estratégico a integração e a indissociabilidade das atividades de educação, pesquisa e extensão.

As ações do Instituto são organizadas a partir dos eixos educação, pesquisa e extensão, e da intersecção de objetivos. Cada unidade do Instituto possui uma missão e define seus objetivos estratégicos para o período de duração do plano de trabalho que, por sua vez, alinham-se aos objetivos estratégicos do ISD.

- Educação - refere-se à atuação do ISD em educação formal e não formal. Caracteriza-se pela promoção da educação básica e superior e de cursos de formação, especialmente em educação científica, educação em saúde, neurociências e neuroengenharia. Seus resultados estão associados à formação de alunos, educadores, preceptores, pesquisadores, profissionais de saúde e

de áreas afins, demais atores sociais e ao exercício da cidadania.

- Pesquisa - refere-se à atuação do ISD em pesquisa básica, pesquisa aplicada, pesquisa translacional, e nos processos de inovação. Caracteriza-se pela execução de programas e projetos de pesquisa e por colaborações de natureza científica e tecnológica, especialmente nas áreas de educação, saúde materno-infantil, neurociências e neuroengenharia. Seu resultado é a produção científica e tecnológica e suas aplicações.

- Extensão - refere-se à vinculação do processo educativo, cultural e científico com as comunidades envolvidas de forma a potencializar a relação transformadora entre o ISD e a sociedade. Caracteriza-se pelo desenvolvimento e implementação de programas, projetos e serviços voltados à qualidade da educação e da saúde materno-infantil, nas regiões em que o Instituto atua. Seu resultado é a utilização do conhecimento no atendimento de demandas dos segmentos da sociedade.

2.2 BENEFICIÁRIOS

Alunos de mestrado em neuroengenharia; residentes das áreas de saúde e alunos de graduação; gestantes e crianças; pessoas com deficiência física, auditiva e intelectual; parceiros em projetos de pesquisa; redes de saúde e de assistência social. O ISD atua na 7ª Re-

gião de Saúde, que inclui os municípios de Macaíba, Natal, Parnamirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. Essa região concentra 1.371.945 habitantes, o que corresponde a quase 39% da população potiguar.

3. GESTÃO FINANCEIRA

Neste tópico é analisada a composição financeira das receitas e despesas do ISD, assim como o Patrimônio Social da organização¹.

Compõem a estrutura financeira das organizações características do terceiro setor: receitas - constituídas a partir de recursos próprios, recursos geridos e ou recursos investidos; e despesas - compostas pelas contas: despesa de custeio, despesa de pessoal e despesa de capital. A primeira, despesa de custeio, representa o que foi destinado ao pagamento de material de consumo, de serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Despesa de pessoal se refere à manutenção do quadro de pessoal da organização social. E a despesa de capital, ou de investimento, é referente ao planejamento e execução de obra, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

As organizações sociais têm suas receitas compostas por duas grandes fontes de recursos: uma formada por recursos do contrato de gestão firmado com a União; e outra fonte de recursos captados extra contrato de gestão, por meio de convênios públicos e privados,

prestação de serviços e parcerias estratégicas nacionais e internacionais.

O fomento público, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é disponibilizado mediante Ação Orçamentária específica, criada a partir de 2014 pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF), qual seja a Ação 212H - Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais, em substituição ao repasse por meio de ações orçamentárias específicas. Os recursos são alocados pela Administração com base no planejamento plurianual do contrato de gestão. A organização social possui flexibilidade para gerir seu orçamento e para alocar os recursos do fomento de acordo com a demanda e o planejamento plurianual do contrato de gestão, independentemente de categorias de custeio e investimento, com vistas à implementação do plano de trabalho.

Outro fator é a composição da reserva técnico-financeira (RTF), mecanismo constituído para utilizar em situações limites, decorrentes do contingenciamento de recursos, para fazer frente exclusivamente às despesas relacionadas aos objetivos e resultados pactuados no contrato de gestão, sejam elas:

1 Patrimônio Social é uma característica contábil típica do Terceiro Setor, ou seja, das entidades privadas sem fins lucrativos. Considera-se que o resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit) do exercício não é distribuído entre seus sócios ou associados, mas contabilizado na conta 'Patrimônio Social'. O Patrimônio Líquido possui duas contas, sendo uma delas o Patrimônio Social (não há capital social) e a outra Superávit ou Déficit que, após aprovada pelo Conselho de Administração, se soma ao Patrimônio Social. (Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/pl.htm>. Acessado em: 17/09/2020.)

1. Custeio das atividades básicas;
2. Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos;
3. Custeio da infraestrutura, de modo a assegurar a disponibilidade, qualidade e capacidade de serviços essenciais de comunicação e colaboração;
4. Outros gastos necessários ao alcance dos objetivos pactuados em contrato.

Para efeito de compreensão da dinâmica do financiamento público do contrato de gestão, será usada a seguinte classificação:

1. Recursos Planejados: estão presentes nos planos de trabalho anexos ao contrato de gestão e em cláusula

3.1 ESTRUTURA DA RECEITA

A receita do ISD é composta por recursos transferidos no âmbito do contrato de gestão (fomento) e por receitas de fontes externas, assim contabilizadas: convênios e contratos administrativos, resultados financeiros e recursos próprios.

3.1 CONTRATO DE GESTÃO

É obrigatória a contabilização dos

específica, que trata dos recursos financeiros e orçamentários. Fazem parte do planejamento tanto da entidade quanto do órgão supervisor.

2. Recursos aprovados: recursos orçamentários constantes dos termos aditivos ao contrato de gestão.

3. Recursos repassados: são os recursos financeiros efetivamente transferidos à organização social.

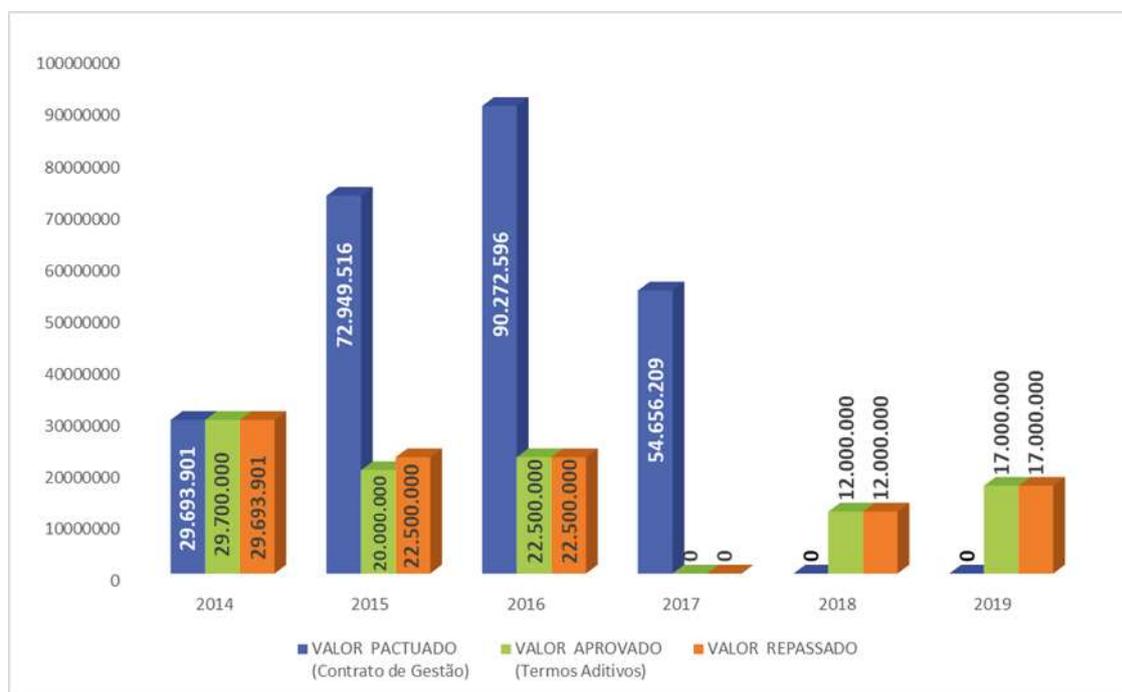
Recursos oriundos de emendas parlamentares² correspondem a orçamento impositivo e são contabilizados na ação 212H, nos termos dos arts. 62 a 68, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020.

A gestão financeira do ISD se estrutura a partir de três processos: financeiro, contábil e orçamentário.

recursos repassados (fomento) de forma segregada de outras fontes, em conta bancária específica, evidenciando as receitas e despesas relacionadas ao contrato. Também é obrigatória a aplicação financeira desses recursos, enquanto não empregados, em caderneta de poupança ou em fundo lastreado em títulos da dívida pública, devendo os resultados dessa aplicação reverter exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão.

² Orçamento Impositivo das emendas individuais ou de bancadas trata de despesas discricionárias propostas pelo Poder Legislativo, não asseguradas por norma legal ou constitucional, não sendo obrigatório orçá-las e que estão sujeitas a contingenciamento. Contudo, há obrigatoriedade de execução pelo ordenador de despesas, nos termos dos arts. 62 a 68, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020. Vide Curso Processo Legislativo Orçamentário: Orçamento Impositivo. Repositório ENAP. 2021.

Gráfico 1: evolução da receita do contrato de gestão do ISD



Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

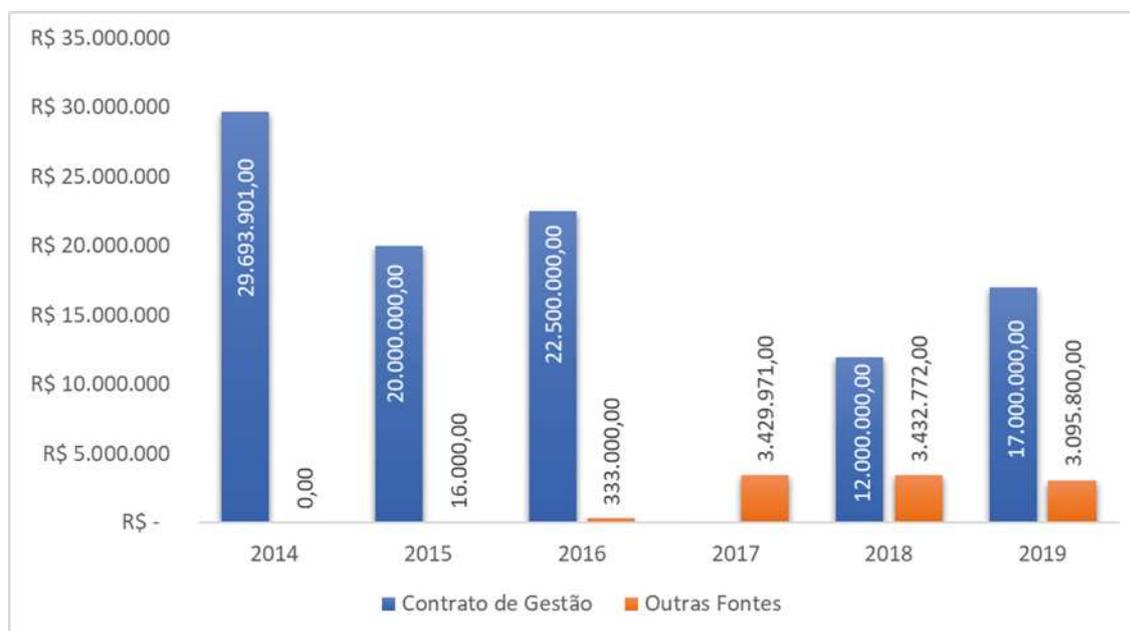
O gráfico 1 mostra a relação entre valores pactuados no contrato de gestão, correspondentes ao planejamento plurianual, valores aprovados e consignados nos termos aditivos anuais (orçamento), e valores efetivamente repassados ao ISD.

Contrato de gestão do ISD foi assinado em 25 de julho 2014, com vigência até 31 de dezembro de 2017, e prorrogações anuais até 31 de dezembro de 2020. No período analisado (2014 a 2019), foram repassados R\$ 101,2 milhões, dos R\$ 247,6 milhões originalmente previs-

tos no contrato de gestão.

Note-se que, com exceção do primeiro ano de execução da parceria, não há coincidência entre valores pactuados, valores consignados nos termos aditivos e valores repassados. Conforme os dados apresentados, em 2017 sequer foram destinados recursos para implementação do plano de trabalho pactuado no CG. Por essa razão, é frequente a reprogramação de recursos e/ou a inscrição em restos a pagar, para os anos subsequentes.

Gráfico 2: comparativo de receitas por fonte de recursos



Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

O gráfico 2 mostra que o fomento público, via CG, é a maior fonte de recursos do ISD. Observa-se que, dada a inexistência de repasse em 2017, a implementação do plano de trabalho pactuado só foi possível graças à reprogramação de recursos no valor de

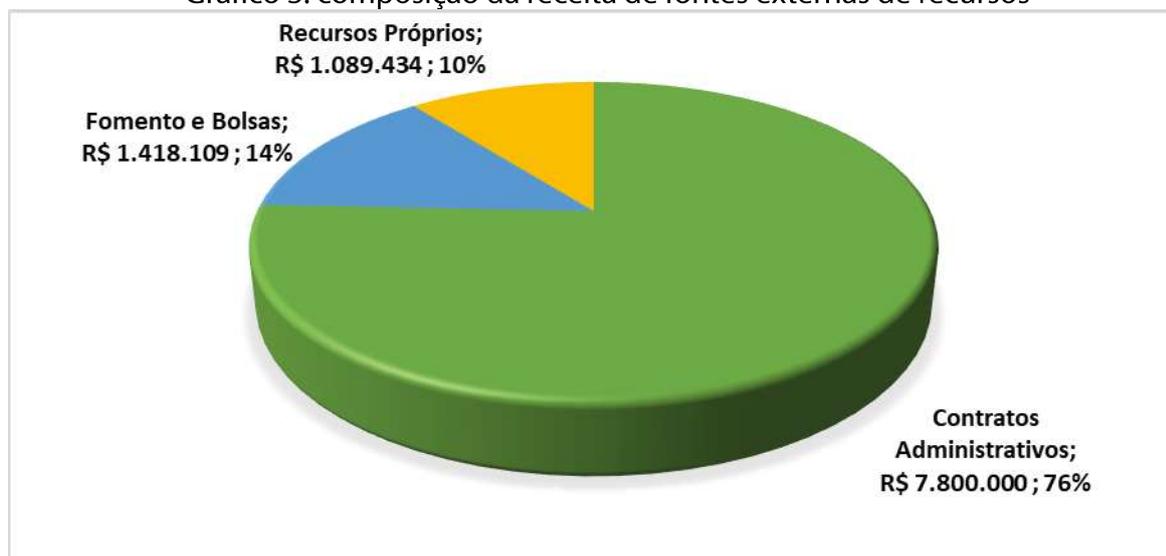
R\$ 12.975.339,53 milhões, dos quais R\$ 5.443.399,53 milhões foram destinados à continuidade da execução das ações iniciadas em exercícios anteriores, e R\$ 7.531.940,00 milhões contabilizados para fins de reserva técnico-financeira.

3.1.2.1 CAPTAÇÃO EXTERNA DE RECURSOS

Constituem fontes de captação externa de recursos do ISD: os recursos próprios (receita operacional), os convênios e contratos administrativos, bem como o resultado financeiro. A principal fonte de recursos extra CG é a de convênios e contratos administrativos que, somados no período de 2014 a 2019, per-

fazem o montante de R\$ 7,8 milhões. A fonte 'Recursos Próprios' é composta por faturamento de atendimento pelo SUS, inscrições e eventos, patrocínios e doações. Já a "Fomento e Bolsas" é composta por captação de editais de chamamento público e bolsas de estudo/pesquisa, o que corresponde à segunda maior fonte de recursos de captação externa.

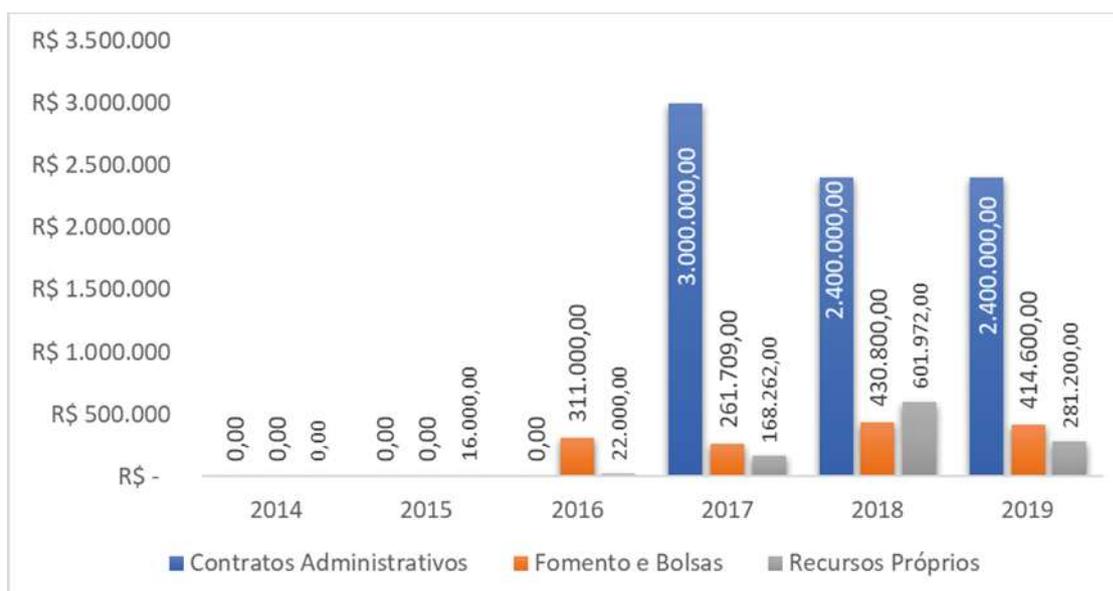
Gráfico 3: composição da receita de fontes externas de recursos



Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

Nos primeiros anos de vigência do contrato de gestão, o ISD não tinha fonte de captação externa. Os bens e recursos da associação, assim como aqueles cedidos pela UFRN, que atuou como parte interveniente até 2016, eram contabilizados como bens de terceiros, conforme expresso no 3º Termo Aditivo.

Gráfico 4: classificação dos recursos de captação externa por fonte de financiamento, no período de 2014 a 2019

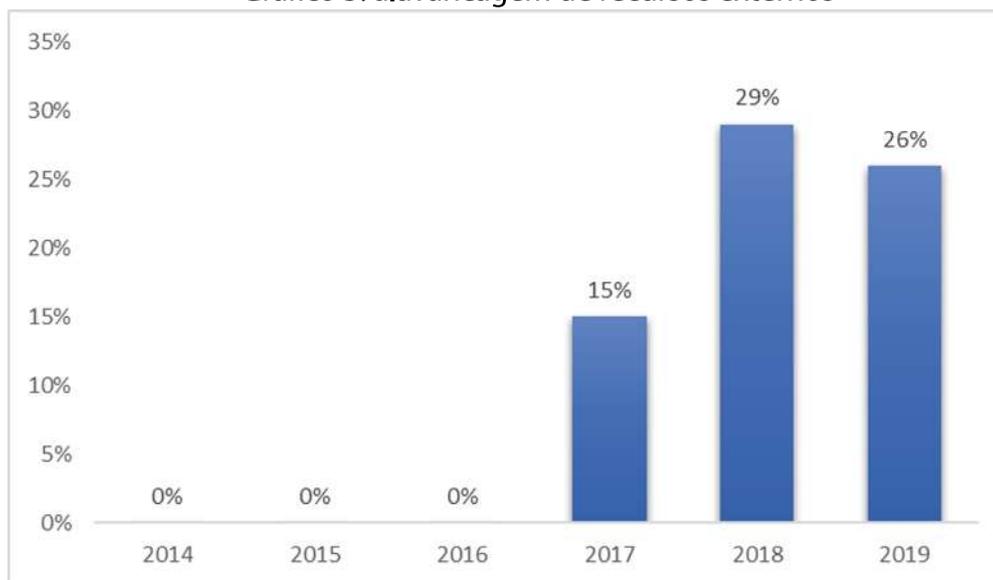


Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

O indicador de alavancagem de recursos passou a ser pactuado no ano de 2017 e está associado à capacidade da organização de captar recursos externos e, à medida que diversifica suas fon-

tes de recursos, minimiza os riscos de insolvência, aumentando suas chances de sustentabilidade. Há uma correlação direta entre alavancagem e diversificação da carteira de financiamento externo.

Gráfico 5: alavancagem de recursos externos



Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

Os rendimentos financeiros líquidos são incorporados à Reserva técnico-financeira e são diretamente proporcionais ao tempo de aplicação financeira dos recursos do contrato de gestão.

A falta de regularidade no desembolso dos recursos, dentre outros impactos negativos, restringe o uso dessa fonte de financiamento.

Tabela: reserva técnico-financeira do ISD

| Ano Exercício | Termo Aditivo | Valor Aprovado (Termos Aditivos) |
|---------------|-------------------|----------------------------------|
| 2014 | Programado em CG | 27.365.589,00 |
| 2015 | 1º Termo Aditivo | 16.790.958,00 |
| 2016 | 7º Termo Aditivo | 17.870.000,00 |
| 2017 | 9º Termo Aditivo | 9.093.000,00 |
| 2018 | 12º Termo Aditivo | 9.587.000,00 |
| 2019 | 15º Termo Aditivo | 12.925.000,00 |

Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

A reserva técnica do ISD é reincidentemente utilizada para compor o montante de recursos necessários para a

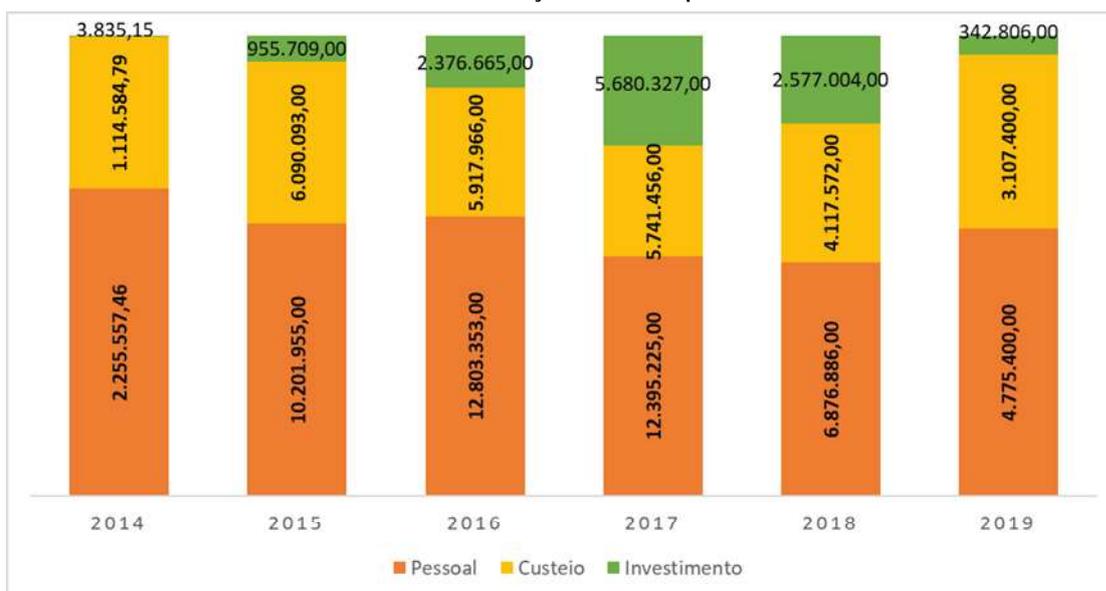
execução do plano de trabalho, a exemplo do ano de 2017, quando não houve repasse de recursos do fomento.

3.2. ESTRUTURA DA DESPESA

A despesa subdivide-se em: despesa de custeio, despesa de pessoal e despesa de capital. A primeira, despesa de custeio, representa o que foi destinado ao pagamento de material de consumo, de serviços de terceiros e de gastos com obras de conservação e adaptação

de bens imóveis. A despesa de pessoal corresponde aos gastos com o quadro de pessoal da organização social, e a despesa de capital, ou de investimento, é referente ao planejamento e execução de obra, à aquisição de instalações e de equipamento de material permanente.

Gráfico 6: evolução das despesas do ISD



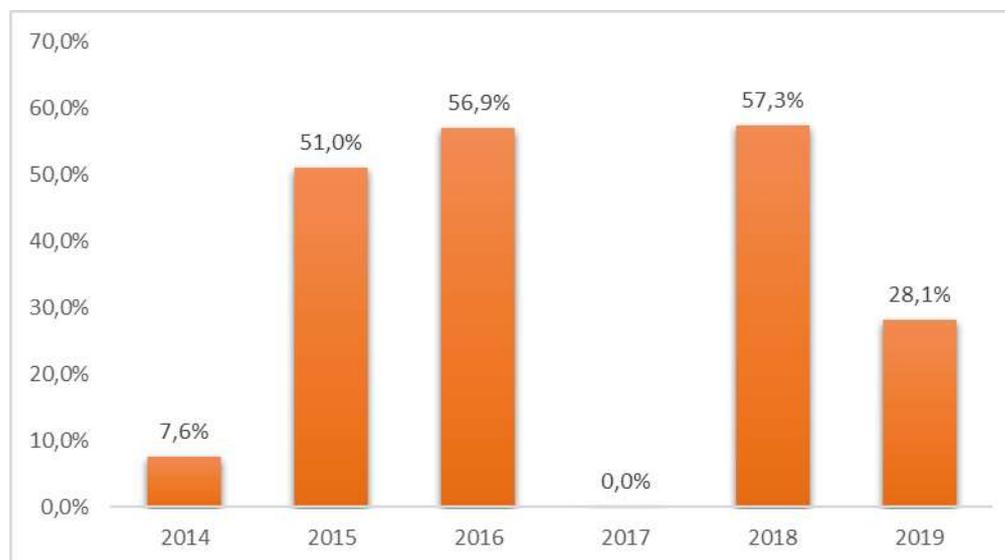
Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrações Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

Note-se que, no período analisado, a maior despesa dos recursos do CG foi com pessoal (56%), seguida pela despesa de custeio (30%) e de investimento (14%). No decorrer dos anos, parte das despesas de custeio passaram a ser rateadas entre as fontes de recursos de fomento do contrato de gestão e os con-

vênios com a Prefeitura de Macaíba/RN e o Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Nos anos de 2016 a 2018, foram investidos R\$ 10,6 milhões na ampliação da infraestrutura do CEPS Anita Garibaldi, do CECs e do IIN-ELS, o que explica o crescimento das despesas de capital no período.

Gráfico 7: evolução percentual das despesas com pessoal, em relação ao total de recursos repassados no âmbito do contrato de gestão - fomento (2014 a 2019)

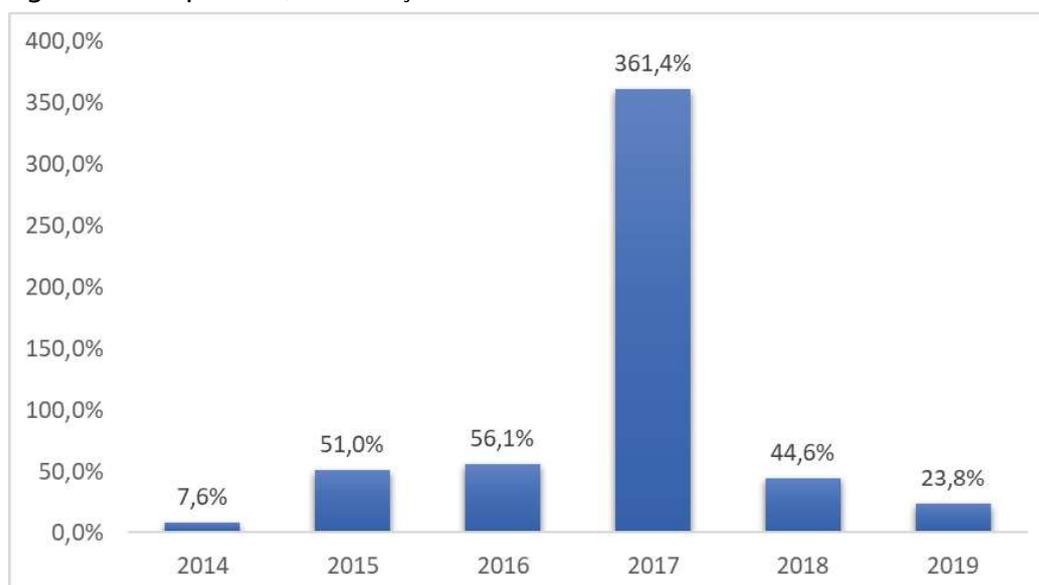


Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrati-

O gráfico 7 apresenta o percentual de gastos de pessoal, em relação ao valor dos recursos repassados no âmbito do contrato de gestão. Em 2016, o percentual de gastos com pessoal em relação ao repasse atingiu 56,9%, dentro dos parâmetros do contrato de gestão. Em 2017, não houve repasses financeiros do

contrato e os gastos com pessoal foram mantidos com a reserva técnico-financeira. Em 2018, em função da revisão orçamentária do CG e do encerramento das atividades dos CECs, o patamar de gastos de pessoal atingiu 57,3%, sendo reduzido a 28,1% no ano seguinte.

Gráfico 8: gastos com pessoal, em relação à soma dos recursos do fomento e de fontes externas

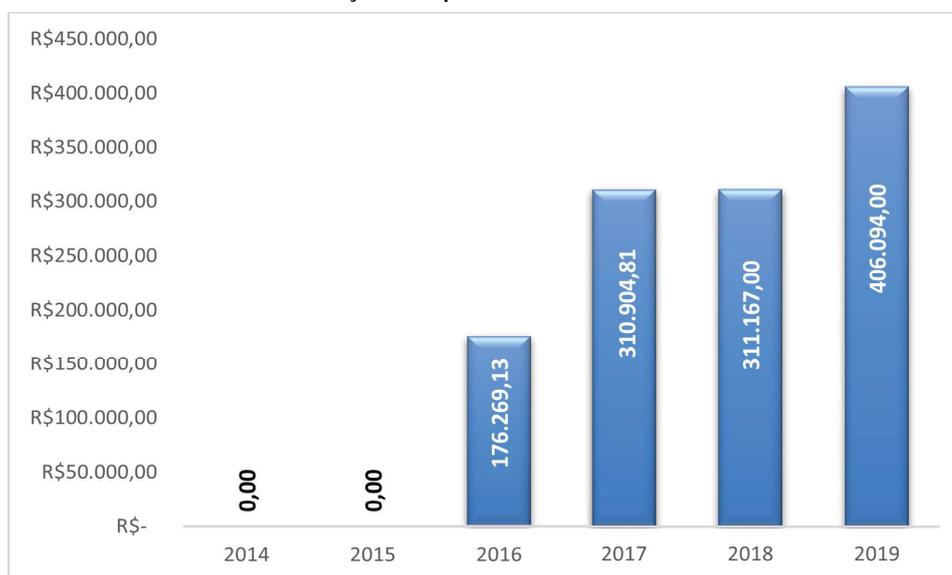


Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

O gráfico acima mostra os gastos de pessoal, em relação à soma dos recursos do fomento (CG) e de fontes externas. Note-se que, somados os recursos do fomento e de fontes externas, o percentual de gastos com pessoal mantém-se relativamente estável, quando comparado aos gastos de pessoal com recursos do fomento (gráfico 7).

Ressalta-se que o percentual de 361,4%, em 2017, não decorre de aumento no gasto com pessoal, mas da importância relativa desse gasto no total dos recursos efetivamente repassados. Quanto menor o valor do repasse, maior a despesa de pessoal, em relação a esse total.

Gráfico 9: evolução do patrimônio social de 2014 a 2019



Fonte: Relatórios de Gestão 2014-2019, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, Relatório de Auditoria 2014-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2014-2019.

O gráfico 9 apresenta a evolução do patrimônio social do ISD. A sua composição tem relação direta com o resultado do exercício financeiro, estando associada ao superávit ou ao déficit

alcançado. Esse resultado é diretamente afetado pela regularidade e tempestividade, ou não, no repasse de recursos, no âmbito do CG.

4. DESEMPENHO DO ISD

O desempenho organizacional é avaliado a partir da referência do alinhamento entre os objetivos estratégicos do contrato de gestão e o quadro de metas e indicadores (QIM), abaixo apresentados.

Objetivos Estratégicos 2016-2021:

» Contribuir para implementação, fortalecimento e formulação de políticas públicas, nas áreas de educação básica, superior, científica e educação em saúde;

» Atuar na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais nas áreas de educação, saúde materno-infantil, neurociências e neuroengenharia;

» Produzir conhecimento e estimular a inovação nas áreas de educação, saúde materno-infantil, neurociências e neuroengenharia;

» Promover o desenvolvi-

mento institucional do ISD;

» Atuar para que sejam concluídas as obras e iniciadas as atividades da Escola Lygia Maria e do IINELS, no *Campus* do Cérebro;

» Promover a integração das unidades do ISD, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

» Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos profissionais do ISD;

» Promover a melhoria e a integração dos processos de gestão;

» Buscar sustentabilidade financeira;

» Difundir e divulgar, de forma sistemática para a sociedade civil, instâncias governamentais e comunidades acadêmica e empresarial, os resultados e impactos das atividades do ISD.

A tabela 2, abaixo, sintetiza o desempenho da OS, no período de 2015 a 2019, permitindo cotejar metas pactuadas e resultados alcançados.

Tabela 2: desempenho do ISD

| Ano | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|--|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|
| | Meta | Realizado |
| Índice de aproveitamento de egressos | - | - | - | - | - | - | 100% | 87,5% | 90% | 93% |
| Produção científica autorada por professores-pesquisadores permanentes do ISD e/ou com colaboradores (IINELS e CEPS) em periódicos indexados e qualificados per capita | | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,6 | 1,1 | 0,6 | 1,2 | 0,9 | 1,0 |
| Proporção de pesquisadores-autores de publicações | - | - | - | 50% | - | 67% | | 100% | | 89% |
| Índice de sucesso do mestrado - programa 2 anos | - | 125% | - | 50% | - | 85,7% | - | 75% | 85% | 86% |
| Produção científica discente do ISD (IINELS e CEPS) per capita | - | n/d | - | n/d | - | n/d | - | n/d | 1,0 | 0,78 |
| Nota da CAPES | - | n/d | - | 3 | - | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Índice de ocupação das instalações por pesquisadores externos | - | n/d | - | n/d | - | n/d | - | 2,9% | 3% | 4% |
| Custo relativo da pós-graduação em neuroengenharia | - | n/d | - | n/d | - | n/d | | 48,6% | | 53,5% |
| Índice de impacto da educação em saúde | - | n/d |
| Uso da capacidade instalada para alunos de residência médica e multiprofissional obrigatória | - | n/d | - | n/d | - | n/d | - | n/d | 90% | 93% |

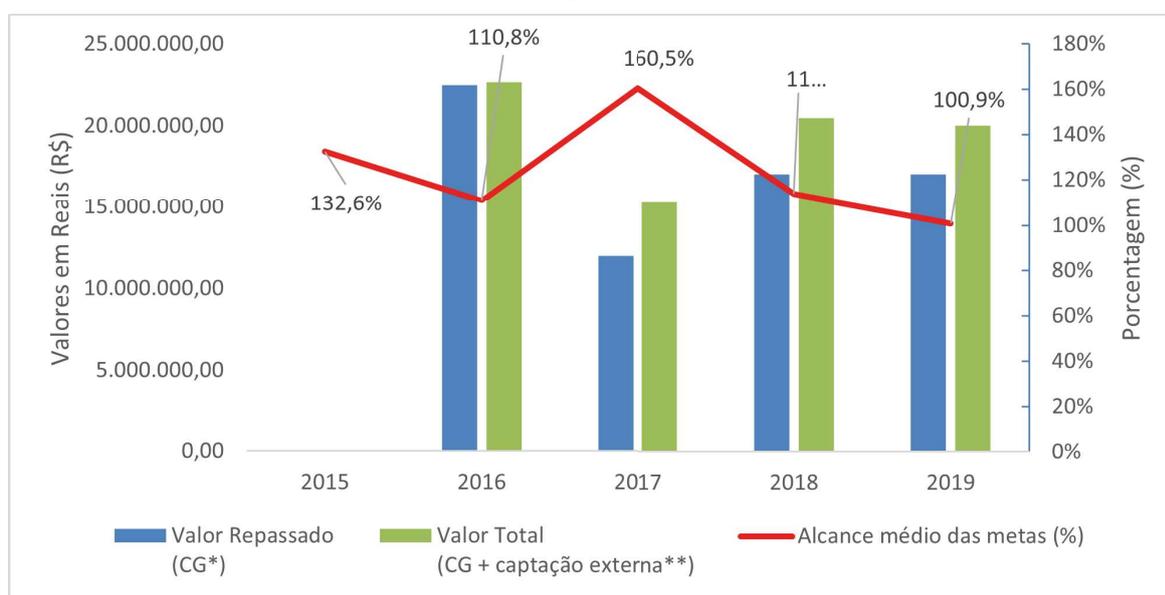
| | | | | | | | | | | |
|--|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Uso da capacidade instalada para estágios curriculares obrigatórios para alunos de graduação | - | n/d | - | n/d | - | n/d | - | n/d | 90% | 87% |
| Taxa de capacitação das equipes de saúde | - | n/d | - | n/d | - | n/d | - | n/d | 80% | 100% |
| Alavancagem das fontes de recursos financeiro | - | n/d | - | n/d | 2% | 15% | 20% | 29% | 20% | 26% |
| Custos administrativos | - | n/d | 20% | 21% | 19% | 16% | 15% | 14% | 15% | 15,8% |

Fonte: Relatório de Gestão Plurianual 2014-2019- ISD.

Nota: Registram-se mudanças sensíveis na elaboração de indicadores e metas ao longo do período analisado. O quadro acima representa o atual estágio da gestão orientada por resultados do ISD e a série histórica dos indicadores foi elaborada tendo como referencial o QIM do ano de 2019.

A análise dos dados da tabela 2 indica um desempenho médio equivalente a 123,74%, no período de 2014 a 2019, sendo esse valor obtido com base no cálculo da média do grau de alcance global das metas realizadas no período analisado.

Gráfico 10: correlação entre desempenho e recursos



Fonte: Relatórios de Gestão 2011-2019, Termos Aditivos 1º ao Relatório de Auditoria 2011-2019 e Demonstrativos Contábeis publicados em DOU 2012-2020.

A análise do gráfico 10 mostra que não há uma associação direta entre volume de recursos e metas alcançadas. A avaliação do desempenho do ISD depende da análise de outros fatores, den-

tre os quais: a dinâmica do planejamento e da execução dos recursos, o uso da capacidade instalada e a flexibilidade do modelo OS, para gerir o CG em ambientes de incerteza.

4.1 RESUMOS DE ENTREGAS NO PERÍODO

Programas:

Educação e trabalho interprofissional em saúde:

Atividades de atenção multidisciplinar à saúde materno-infantil e à saúde da pessoa com deficiência, por meio da oferta de consultas clínicas, avaliações e acompanhamentos em diversas áreas, tais como:

» Saúde materno-infantil:

- Pré-natal de alto-risco;
- Assistência especializada às gestantes e crianças com HIV/AIDS;
- Serviço multidisciplinar de atenção ao Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- Infectologia na gravidez;
- Medicina fetal;
- Puericultura;
- Pediatria;
- Neurologia infantil;
- Eletroencefalografia;
- Ultrassonografia;
- Fisioterapia infantil e na saúde da mulher;
- Psicologia adulto e infantil;

- Laboratório de análises clínicas.
 - » Reabilitação (CER Iii)
- Epilepsia (infantil e adulto);
- Parkinson;
- Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- Lesão Medular (infantil e adulto);
- Microcefalia;
- Deficiência Auditiva (infantil e adulto);
- Prematuridade.

Pesquisa e pós-graduação em neuroengenharia:

Principais Linhas de Pesquisa:

- Interface Cérebro-Máquina (ICM): objetivo é estabelecer uma comunicação direta entre o sistema nervoso e artefatos robóticos, eletrônicos ou computacionais, por meio do uso de sinais neurofisiológicos e de microestimulação cerebral. O desenvolvimento de ICM possui grandes potenciais terapêuticos e tecnológicos, para uma variedade de enfermidades neurológicas, que afetam a função motora, tais como a paralisia, a doença de Parkinson e o acidente vascular cerebral.

- Neuromodulação: uso de dispositivos no sistema nervoso central ou periférico, que liberam um agente (químico, biológico ou físico), para restabelecer, modular, inibir ou aumentar funções do sistema nervoso. A neuromodulação com estimulação elétrica tem sido utilizada atualmente para tratamento de sintomas motores de Parkinson e tremor essencial, síndrome de Tourette, transtorno obsessivo-compulsivo, dor crônica, depressão, Alzheimer e coma cerebral, mas ainda há inúmeras possibilidades de investigação e desenvolvimento tecnológico.

- Eixos Temáticos Do Mestrado:

- * Reabilitação;
- * Interface cérebro-cérebro;
- * Próteses e órteses;
- * Biocompatibilidade;
- * Doenças neurodegenerativas;
- * Microcefalia;
- * Doenças psiquiátricas;
- * Cognição;
- * Neurociência computacional;
- * Processamento de sinais biológicos.

Educação para a ação social e comunitária:

- Serviço Multidisciplinar de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista (Semea);
- Qualiaids Macaíba;

- Arte de nascer: integração de ensino, pesquisa e extensão, no contexto da saúde reprodutiva;

- Arte de crescer;
- Saúde nos CECS;
- A mortalidade materna evitável ,na perspectiva dos Direitos Humanos;
- Fazendo Direito(S): a interdisciplinaridade do direito à saúde, como ferramenta para a prevenção e redução da violência contra a mulher;
- Projeto Barriguda;
- Serviço de referência para atenção a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual;
- Florescer;
- Paradesporto;
- Educa Parkinson;
- Rodas da vida;
- Neurinho.

Comunicação e Divulgação Social:

O Instituto elaborou plano de comunicação com vigência de 2016 a 2021; produção de conteúdos jornalísticos para o website do ISD; divulgação de conteúdos via redes sociais; produção de conteúdos de divulgação audiovisuais; distribuição de boletins eletrônicos para público interno; aproximação e diálogo com veículos de comunicação e confecção de material gráfico institucional. No âmbito da divulgação externa, o trabalho se dá, principalmente, por meio de sugestões de pautas à mídia e de canais de divulgação próprios, o que inclui

o *website* da instituição, perfis nas principais redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), assim como via WhatsApp e e-mail. Foi destaque em veículos como a InterTV Cabugi, afiliada local da Rede Globo, e na Folha de S. Paulo. Além disso, apenas em 2019 foram produzidas 76 reportagens no *website* e 350 postagens em cada uma das redes sociais do Instituto (Facebook, Instagram e Twitter). Ao fim do ano, a página oficial do ISD, no Facebook, criada em outubro de 2015, acumulava cerca de 5 mil curtidas. O Instagram, por sua vez, quando o primeiro post foi publicado em março de 2016, possuía 4.097 seguidores distribuídos entre Brasil e países como Estados Unidos, Portugal, Colômbia e Canadá. No Brasil, usuários de Natal, Macaíba e Parnamirim, no Rio Grande do Norte, eram a maioria entre os que consumiam o conteúdo, seguidos dos que estavam em João Pessoa (PB) e São Paulo. Já no Twitter, quando o ISD ingressou em janeiro de 2016, eram 614 seguidores até 2019. Dentre as ferramentas usadas nessas redes, o *stories* do Instagram (fotos e vídeos de 16 segundos, disponíveis por 24 horas) é um dos que têm obtido grande alcance. Um exemplo disso é a cobertura especial de eventos como o Simpósio em Neuroengenharia e a Jornada da Bexiga Neurogênica – com picos de aproximadamente 800 visualizações em um evento.

Desenvolvimento organizacional, gestão e operação:

- Elaboração do plano diretor (2016-2021);
- Implantação dos modelos gerencial e de governança;
- Implantação do plano de cargos, carreiras, salários e benefícios e do modelo de avaliação de desempenho institucional dos colaboradores;
- Ampliação e diversificação das fontes de recursos;
- Transferência da Sede e do IIN-ELS para o *Campus* do Cérebro;
- Certificação do ISD como entidade beneficente e de assistência social;
- Participação no planejamento e constituição do Parque Científico e Tecnológico do Rio Grande do Norte.

Implementação e consolidação da infraestrutura.

- Ampliação das instalações do CEPS Anita Garibaldi, por meio de construção modular e realização de obras de acessibilidade e urbanização concluídas em abril de 2019;
- Obras de infraestrutura geral, adequação da edificação e das instalações destinadas à pesquisa e pós-graduação, que permitiram a transferência do IIN-ELS e da sede administrativa para o *Campus* do Cérebro, em março de 2018;
- Eventos importantes: Simpósio de Neuroengenharia. Na soma das edições, o evento atraiu 606 participantes, 38 palestrantes e a apresentação de 144 pôsteres;
- Semana Nacional de Ciência e

Tecnologia (SNCT): o ISD contabiliza exposições fixas e itinerantes, palestras, mesas redondas e a abertura das portas do IIN-ELS e do CEPS, para que alunos de escolas públicas e demais interessados conheçam laboratórios e outras instalações, bem como os trabalhos que desenvolvem.

Para acesso ao conjunto completo das entregas do período analisado, consulte o Relatório do Contrato de Gestão Plurianual 2014-2019, do ISD, no endereço eletrônico <http://www.instituto-santosdumont.org.br/relatorios-contrato-gestao/>

4.2. FATORES FAVORÁVEIS AO ALCANCE E OU À SUPERAÇÃO DAS METAS NO PERÍODO ANALISADO

Sem dados.

4.1.2.2 FATORES DESFAVORÁVEIS À EXECUÇÃO DO CG NO PERÍODO ANALISADO

- Em 2019, a liberação dos recursos do contrato de gestão ocorreu no último trimestre do ano, o que exigiu redobrado esforço da gestão para manter as atividades do ISD, inviabilizando investimentos ou implementação de novos projetos.

- Os frequentes atrasos, na liberação de recursos anuais do contrato de gestão, têm imposto ao ISD a neces-

sidade de manter a reserva técnica de operação por oito meses, trazendo prejuízo à execução orçamentária de cada exercício.

- As atividades dos Centros de Educação Científica (CECs) foram suspensas, a partir de janeiro de 2018, em decorrência das restrições orçamentárias.

5. GOVERNANÇA, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

O ISD é uma entidade autônoma, cuja estrutura organizacional consta do art. 12 do seu Estatuto Social, que é composta por: assembleia-geral, conselho de administração, diretoria e conselho fiscal.

De acordo com o art. 26, do Estatuto, a diretoria compõe-se de cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração: um diretor-geral, um diretor administrativo, um diretor do centro de pesquisas; um diretor da escola de educação básica e um diretor de educação científica.

A governança básica do ISD é regulada pelos arts. 2º, I“c”; 3º, I“a”, da Lei nº 9.637/1998, e pelos arts. 4º, §§ 1 e 2; e

5º, III, do Decreto nº 9.190/2017, que dispõem sobre o Conselho de Administração (CA) como instância máxima de deliberação e sua composição proporcional, dentre os requisitos para obtenção da qualificação.

Abaixo, o quadro 1 descreve a composição e representatividade do Conselho de Administração da OS. Tendo em vista a renovação de mandatos estabelecida no art. 3º, I e IV, da lei nº 9.637/1998, tomaram-se como referência os dados do último ano do período analisado. Na sequência, o quadro 2 apresenta o perfil profissional dos respectivos membros.

Quadro 1: composição e representatividade do poder público e da sociedade civil no Conselho de Administração

| Percentual estabelecido na Lei nº 9.637/1998 | Qtd | % | Instituições representadas |
|--|-----|------|----------------------------------|
| a) 20% a 40% de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade; | 4 | 37% | MCTI, MEC, MS |
| b) 20 a 30% de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto; | 3 | 27% | |
| c) até 10%, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados; | 1 | 9% | Associado ISD |
| d) 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral. | 2 | 18% | Profissionais da área científica |
| e) Até 10% de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto | 1 | 9% | Pesquisador eleito pelos pares. |
| TOTAL | | 100% | |

Quadro 2: perfil dos membros do Conselho de Administração, em 2019

| Nome | Tipo de representação | Instituição | Cargo / origem | Formação* | Anos de experiência |
|--|--|---|--------------------|-----------|---------------------|
| Miguel Angelo Laporta Nicolis | Associado ISD Presidente do Conselho de Administração | Duke Medical School - Duke University (USA) | Professor | (D) | 30 |
| Aldira Samantha Garrido Teixeira | Especialista | UFF | Professor adjunto | (D) | 20 |
| Alessandro Glauco dos Anjos de Vasconcelos | Poder Público/MS | FIOTEC | Professor | (E) | 30 |
| Amaro Sales de Araújo | Sociedade Civil | CNI | Empresário | ** | ** |
| Francisco Humberto Vignoli | Sociedade Civil | EAESP/FGV | Professor | (M) | 27 |
| George Dantas de Azevedo | Especialista | UFRN | Médico | (D) | 20 |
| Hélio Toledo de Campos Mello Junior | Associado ISD | ** | Empresário | ** | ** |
| José Luiz Egydio Setúbal | Sociedade Civil | Hospital Infantil Sabará | Presidente | ** | ** |
| Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo | Profissionais da área científica | UNICAMP | Professor | (D) | 46 |
| Nildo Alves Batista | Poder Público/MEC | USP | Professor Titular | (D) | 39 |
| Maria de Fátima Dias Costa | Poder Público/MCTI | UFBA | Professora Titular | (D) | 40 |
| Theodoro Paraschiva | Especialista | ** | Executivo | (E) | 45 |

* Compreende: graduação (G), especialização ou MBA (E), mestrado (M) ou doutorado (D).

** Estimativa – dados não disponíveis.

Fonte: Plataforma Lattes (lattes.cnpq.br); <http://cpdoc.fgv.br>; www.atmosphere-eubrazil.eu; <http://www.finep.gov.br>; www.escavador.com; www.abcdabc.com.br/abc/noticia/natura-3m-braskem-debaterem-inovacao-metodista-33200; <http://www.megamoveleiros.com.br/3m-e-convidados-discutem-sobre-os-desafios-as-oportunidades-e-os-impactos-da-ciencia-em-2020/>. Acesso em 16 mar. 2021.

O contrato de gestão é avaliado semestral e anualmente, por comissão de avaliação independente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, conforme exigência do § 2º, do art. 8º, da Lei nº 9.637/1998. A comissão de avaliação do ISD, denominada comissão de acompanhamento e avaliação (CAA), é designada por portaria do órgão supervisor, no caso o MCTI, e a última atualização consta da Portaria MCTI nº 4601, de 11 de maio de 2021.

Os especialistas (professores-pes-

quisadores e pós-doutores com experiência internacional) são maioria na comissão de avaliação. São selecionados com base na sua trajetória de pesquisa acadêmica e científica. Os representantes do poder público pertencem aos quadros do órgão responsável pela política pública, programa ou projeto afim, e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, órgão gestor do modelo OS. A seguir, é apresentado o quadro 3, contendo dados sobre o perfil dos membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Quadro 3: perfil dos membros da Comissão de Avaliação, em 2019

| Nome / Titular | Participação | Instituição de origem | Formação | Anos de experiência |
|--|---------------|------------------------|----------|---------------------|
| Fabio Cesar Braga de Abreu e Lima (Presidente) | Especialista | UNESP | (D) | 22 |
| Felipe Von Glehn Silva | Especialista | UnB/ABN | (D) | 8 |
| Renato Evangelista de Araujo | Especialista | UFPB | (D) | 20 |
| Eudes Gomes Paiva | Representante | MEC/ SESu | (D) | 26 |
| Sylvia Helena Figueiredo Prata | Representante | Ministério da Economia | (E) | 19 |
| Laerte Davi Cleto | Representante | Ministério da Economia | (M) | 15 |

* Compreende: Graduação (G), Especialização ou MBA (E), mestrado (M) ou doutorado (D).

Fonte: Plataforma Lattes (lattes.cnpq.gov); sítio eletrônico www.escavador.com. Acesso entre 18 e 31/12/2021.

Nota: Membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do ISD, constituída pela Portaria MEC nº 106/2015, alterada pela Portaria MEC nº 227/2016.

O trabalho da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) tem como foco os resultados da parceria formalizada no contrato de gestão, no

plano de trabalho e respectivo quadro de indicadores e metas (QIM). A seguir, apresentam-se exemplos de recomendações ilustrativos da atuação da CAA.

5.1. EXEMPLOS DE RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

Quadro 4: atuação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA)

| Assunto | Exemplo de recomendação |
|------------------------|---|
| Indicadores e Metas | Estabelecer, na elaboração do Planejamento Institucional, metas de eficiência, eficácia e efetividade. (RS-CAA 2015) |
| Relatório de Gestão | Aperfeiçoar o Relatório de Gestão com a sistematização das atividades e resultados das metas acordadas no Contrato de Gestão (RA-CAA 2014) |
| Institucional | Diversificar as fontes de recursos, sobretudo do IIN-ELS, com apoio internacional, mediante desenvolvimento de projetos de pesquisa. (RA- CAA 2017) |
| Técnicas em geral | Estabelecer parcerias com o Ministério da Saúde, especialmente no que diz respeito à integração ensino-serviço-comunidade realizada no CEPS. (RS –CAA 2015) |
| Monitoramento de dados | Em relação aos CECs: i) Realizar pesquisa com os desistentes, para identificar os motivos e os fatores relacionados ao abandono das atividades; ii) sobre disparidade no desempenho dos alunos entre o primeiro e o segundo semestres; (iii) Realizar pesquisa de Desempenho escolar dos estudantes nas escolas públicas parceiras, antes do ingresso no CEC e depois do encerramento da participação (desempenho individual em relação à média de desempenho da classe correspondente/RA/CAA 2016) |

Fonte: Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2011; ; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2012; Relatório Semestral da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2013; Relatório Anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação 2017.

Ao Órgão Supervisor

- Considerando a abrangência da atuação do Instituto, e as competências dos Ministérios setoriais, a Comissão recomenda buscar articulação no sentido de firmar parcerias (RA-CAA 2014);
- Estudar a possibilidade, junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e à Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde (CNRMS) de elaborar normativas para permitir que organizações sociais possam coordenar e ofertar programas de residência em saúde, lembrando que esta inclusão

pode viabilizar a abertura de novos espaços de formação ensino-serviço, em consonância com a Lei nº 12.871/2013 (RS-CAA 2015).

A supervisão é realizada pelo órgão da Administração que assina o contrato de gestão. Corresponde aos denominados controles primários de gestão, ou seja: aos procedimentos para promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização do contratos de gestão, com o fim de resguardar os objetivos da parceria e o cumprimento das responsabilidades dos parceiros. O órgão supervisor é responsável, também, pela constituição de Comissão de Avaliação independente, nos termos do § 2º, do art. 8º, da Lei

nº 9.637/1998. O trabalho da CAA é de suporte ao órgão supervisor, gerando subsídios para as decisões do Conselho de Administração. O órgão supervisor é periodicamente auditado pela Controladoria Geral da União, responsável pelo controle interno da Administração Pública. A organização social, entidade privada, submete-se, ainda, à fiscalização do Tribunal de Contas da União, conforme dispõe o art. 70 da Constituição Federal, e o art. 9º, da Lei nº 9.637/1998.

5.2. UNIDADE DE SUPERVISÃO

- Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019 - Núcleo OS/ SE.

5.3. FISCALIZAÇÃO

- Acórdão 1335/2016 (TC 009.796/2015-0)
- Acórdão 2194/2018 (TC 016.008/2016-2)
- Acórdão 1975/2019 (TC 015.677/2019-2)

6. TRANSPARÊNCIA

A Lei nº 12.527/2011, chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), dispõe, no art. 2º, seu alcance, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Essas entidades devem propiciar a chamada transparência ativa, que consiste na divulgação rotineira e por iniciativa própria de informações de interesse público.

Essa divulgação deve ser feita, pelo menos, nos sítios oficiais da Internet e pode, também, ocorrer por todos

os outros meios legítimos disponíveis. As informações mínimas, que devem ser divulgadas nessa “forma espontânea”, estão elencadas no § 1º, do art. 8º, da LAI e, particularmente, no caso da OS, nos arts. 63 e 64, do Decreto nº 7.724/2012. No que tange à transparência passiva, os pedidos de acesso à informação, referentes aos ajustes firmados pelas entidades privadas sem fins lucrativos receptoras de recursos públicos de fomento, como é o caso do ISD, são dirigidos aos órgãos e entidades públicos responsáveis pelo repasse, no caso o órgão supervisor, o qual é responsável pelas respectivas respostas, interagindo com a OS, conforme seja necessário.

Quadro 5: exigências legais e acesso a informações – Lei nº 12.527/2011

| | |
|--|--|
| Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. | Transparência ativa em conformidade com a Lei |
| § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: | |
| I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; | www.institutosantosdumont.org.br |
| II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; | In http://www.institutosantosdumont.org.br/relatorios-contrato-gestao/ |
| III - registros das despesas; e | http://www.institutosantosdumont.org.br/relatorios-contrato-gestao/ |

| | |
|--|---|
| Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. | Transparência ativa em conformidade com a Lei |
| V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; | http://www.institutosantosdumont.org.br/relatorios-contrato-gestao/ |

Quadro 6: em atendimento ao Decreto nº 7.724/2012.

| | |
|---|---|
| Art. 63. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações: | |
| I - cópia do estatuto social atualizado da entidade; | www.institutosantosdumont.org.br |
| II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e | www.institutosantosdumont.org.br |
| III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável. | http://www.institutosantosdumont.org.br/contrato-gestao-mec/ |

NOTA

O Boletim das Organizações Sociais do Governo Federal é uma publicação do Departamento de Modelos Organizacionais (DEMOR), da Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, elaborada com o propósito de divulgar a experiência e os resultados das parcerias sociais reguladas pela Lei nº 9.637/1998.

**MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

